

A violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na agenda da segurança pública: entre o pensado, o dito e o feito nos Centros de Referência e Combate a Crimes de Homofobia de Mato Grosso

Bruna Andrade Irineu (UFG) e Vera Lúcia Bertolini (UFMT)
Homofobia; Políticas de Segurança Pública; Direitos Humanos
ST 46 - Homossexualidades no Brasil contemporâneo: práticas, saberes e experiências

1. Introdução

O trabalho teve como objetivo refletir acerca das políticas de segurança pública de combate a homofobia em Mato Grosso. Para isso, fizemos uma análise das atuais políticas de segurança pública voltadas ao segmento LGBTTT¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil para avaliarmos como estas políticas tem se desenvolvido em Mato Grosso. Assim, acompanhamos ao longo do ano de 2007, o processo de implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a Crimes de Homofobia (CRDHCCH) e iniciamos um diálogo com coordenador@s dos CRDHCCH de Cuiabá e Rondonópolis. Contudo, percebemos a necessidade de “dar voz” @s sujeit@s LGBTTT’s demandatári@s de políticas públicas – o Movimento LGBTTT – problematizando como vêm ocorrendo o diálogo entre este movimento e as instituições e agências de segurança pública antes e depois da implantação dos centros de referência no estado.

2. Na Cama com a Cidadania: as Políticas Sociais no Brasil

Elaine Behring² (2006, p. -2) afirma que “em geral, é reconhecido que a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se”. Ivanete Boschetti e Elaine Behring³ (2007, p. 25) revelam que as políticas sociais devem ser entendidas a partir da compreensão de sua inserção na lógica do capital, enquanto “expressão contraditória da realidade” (Idem, p. 39). Temos que considerar também uma “dimensão cultural” que esta relacionada à política, “considerando que os sujeitos sociais são portadores de valores e do *ethos* de seu tempo” (Idem, p. 45).

No Brasil, segundo Behring (2006, p. 13) temos “uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo”, que esta diretamente relacionada com “a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas”. Boschetti e Behring (2007) identificam na “consolidação conservadora burguesa” a marca da intolerância, sendo que esta tem raízes e sentido político. As

classes dominantes “nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social” (Idem, p. 79). É neste cenário permeado por contradições e correlação de forças que se instalarão as lutas pelo combate a homofobia, foco deste trabalho, e por efetivação da “cidadania homossexual”.

A insuficiência de políticas públicas voltadas ao segmento LGBTT, podem ser percebidas através dos resultados de várias pesquisas no Brasil, como as realizadas pela Associação da Parada GLBT de São Paulo (APOGLBT-SP) em 2005 e 2006⁴, pelo dossiê realizado pelo Grupo Gay da Bahia “Matei porque odeio gay” de 1998⁵, entre outras pelo Brasil a fora. Acreditamos que a violação de direitos e negação dos mesmos constitui na maior forma de fobia e violência a esta população.

Desde o início do Novo Milênio, as preocupações do movimento nacional homossexual giram em torno da segurança pública, no combate a homofobia, dando um destaque maior para a homofobia expressa na violência física. Nota-se que as “antigas” bandeiras do casamento/parceira/união civil e adoção são colocadas num patamar hierárquico mais baixo que a questão da criminalização da homofobia – elencada como maior prioridade na atualidade.

2.1 A Política Nacional de Segurança Pública e o “lugar” da Homofobia

Recentemente, foi colocado a apreciação da população brasileira o “Projeto Segurança Pública para o Brasil⁶” que teria como meta a “redução daquelas modalidades de violência que se manifestam sob a forma da criminalidade” (p. 04). No projeto a segurança pública é entendida como “direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada um de nós” (p. 05), e a prevenção à violência, consta no projeto, como a prioridade das políticas públicas, contudo há a que se integrem políticas públicas especializadas e macropolíticas estruturais.

Em suma, o projeto tem como objetivo apresentar “uma proposta alternativa para a segurança pública no âmbito federal, estadual e municipal” (p. 14). O projeto prevê, além de outras ações, a criação de programas para proteção de minorias, compreendendo que “nenhuma sociedade será moderna, democrática e justa se não se puder ser orgulhar de sua pluralidade” (p. 65). E propõe assim, a criação de Centros de Referência de Proteção das Minorias, estas minorias seriam compostas por: afro-descendentes, homossexuais, crianças e adolescentes, e idosos. No “Centro de Referência contra a Homofobia” os atendimentos se destinariam a população homossexual, e teria a parceira de entidades representativas de GLTT para sua constituição, assim além de “capacitação e

sensibilização da polícia para assegurar o respeito à orientação sexual”, seria criado a exemplos do Rio de Janeiro, e outras regiões, o Disque Defesa Homossexual.

É notável a emergência de setores públicos que se constituam em espaços de multiplicação de uma cultura do respeito à diversidade sexual, como as instituições de segurança pública que recebem do Estado o status de “autoridade repressiva” e se fazem legitimar perante a sociedade por conta deste poder simbólico. Pois, entendemos a política de segurança pública enquanto “expressão referente às atividades tipicamente policiais, é a atuação policial *strictu sensu*” (OLIVEIRA⁷, 2002, p. 62). Diferenciando-se assim do conceito de políticas públicas de segurança que se constituem na “expressão que engloba as diversas ações, governamentais e não-governamentais, que sofrem impactos ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência” (Idem, 2002, p. 62). Silvia Ramos chama atenção para a necessidade de se compreender as representações sociais acerca da homofobia, violência e discriminações para entender em que âmbito tem se dado às políticas públicas de combate a homofobia no Brasil da heteronormatividade (RAMOS⁸, 2005).

Através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), em 2004 foi lançado o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), com o objetivo de “*promover a cidadania GLBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais*” (CONSELHO⁹, 2004). Além de ações que apoiem projetos de fortalecimento de *instituições públicas e não-governamentais* que atue na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate a homofobia; bem como, capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos (Ibidem, 2004), dentre estas ações do programa, inclui-se a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a Homofobia, foco desta discussão. Estes centros teriam como objetivo o atendimento sócio-jurídico e psicológico às demandas LGBTT, portanto, teriam em sua equipe, profissionais do Direito, do Serviço Social e da Psicologia.

2.2 A Homofobia na agenda da Segurança Pública regional: “é bem Mato Grosso!”

Desde a década de 80, Mato Grosso tem se caracterizado pelo grande número de migrantes advindos principalmente das regiões sul e sudeste, que vieram em busca de uma região propícia a plantação e com custos baixos para plantio. Hoje, o estado é reconhecido pelas imensas plantações de soja e algodão, com a grande produção concentrada nas mãos dos grandes agricultores, como o maior produtor de soja individual no mundo que é atualmente governador do estado.

Mato Grosso não se difere da realidade nacional no que tange a homofobia, com altos índices de mortes de travestis nos últimos anos; por ser um território que faz fronteira com outros

países sul-americanos, o estado também é rota para o tráfico sexual. No ano de 2007, foram mais de 05 mortes registradas e/ou noticiadas pela mídia, porém nem sempre estes casos são registrados como deveriam ser caracterizados. Em Cuiabá só a partir de janeiro de 2008, que foi aberto um campo no Boletim de Ocorrência para assinalar a motivação do crime devido à orientação sexual. Presume então refletirmos: a homofobia em Mato Grosso tem sido pautada numa perspectiva de respeito e defesa dos direitos humanos pela segurança pública? É possível avaliar como as políticas de combate a homofobia tem se desenvolvido em Mato Grosso?

2.2.1 O CRDHCCH em Cuiabá

A Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) vinha desde 2003 discutindo internamente a necessidade de criação do Centro de Referência de combate ao Crime de Racismo e Homofobia no estado. Mas, apenas no final do ano 2006 foi aprovada sua criação, por vias do edital da SEDH. Apenas em março de 2007 o CRDHCCH de Cuiabá, inicia suas atividades com a equipe incompleta, formada apenas por uma psicóloga. Até o presente momento, no que se refere à composição da equipe, permanece há mais de um ano composta apenas pela psicóloga, pela coordenadora/gerente (a quem entrevistamos) e por uma estagiária. As justificativas para esta situação são muitas, mas destaca-se aqui, na fala da gerência *“o processo de burocratização para a contratação da equipe”*.

Logo, o funcionamento do CRDHCCH de Cuiabá, tem se dado “pela metade” e tampouco conforme a proposta nacional. E de acordo com a pesquisa realizada na Parada de Cuiabá em 2007, apenas 9% das pessoas entrevistadas conheciam o CRDHCCH. O que nos faz concluir, a princípio que as negligências estatais vêm reafirmando o estatuto da não-cidadania à população LGBTT em Cuiabá.

2.2.2 O CRDHCCH em Rondonópolis

Em Rondonópolis, o CRDHCCH está vinculado a uma ONG, que foi fundada em 2000, e contava com aproximadamente 15 pessoas, no período de sua fundação. Hoje o fluxo de pessoas varia entre 250 e 300 pessoas, segundo a entrevistada, militante do grupo e estagiária do CRDHCCH.

O coordenador do CRDHCCH acredita que, *“a principal função do centro de referencia, no nosso caso, no caso de Rondonópolis, é atuar mais diretamente ao público GLBT, e mais voltado para área de capacitação”*. Segundo ele, um dos motivos para a aprovação de dois centros

no estado, é o alto índice de homofobia em cidades do interior, como ocorre em Rondonópolis. Para ele, a maior dificuldade do centro foi em relação ao público-alvo, devido à confusão e indistinção entre as ações do CRDHCCH e as ações da ONG. Ele explica que:

[...] havia muita confusão sobre qual era o verdadeiro trabalho do centro de referencia, se confundia com a ONG, com a entidade, as ações do centro de referencia, é mais ou menos como se todo mundo quisesse ser dono do processo, mas não pudesse ajudar no processo... era e está muito difícil trabalhar com público por causa disso, as pessoas não se interessam tanto por essa coisa de direitos humanos, os próprios GLBT's não se interessam [...].

Diante disso, o CRDHCCH definiu por alterar as estratégias alterando também o público-alvo:

Então, a principal ação foi trabalhar junto ao público hetéro. [...] e nos conseguimos uma boa aceitação, uma boa mudança de comportamento, enfrentamos uma série de problemas junto as universidades da cidade, mas nos conseguimos ai de alcançar um número bom de pessoas capacitadas para o combate a homofobia, e de identidade de gênero... que foi as áreas que nos trabalhamos, explicar o que é o ser humano homossexual, a lésbica, a travesti, o gay e tentar mudar a consciência das pessoas um pouquinho... foi a nossa principal ação.

Portanto, assim como o CRDHCCH de Cuiabá, ainda que tendo efetivamente a equipe multidisciplinar disponível para prestar atendimento, o CRDHCCH de Rondonópolis não atendeu conforme o enfoque da proposta nacional, ainda que entendamos a importância de se trabalhar na educação para a diversidade sexual, com um público não homossexual, o centro de referência foi pensado na perspectiva de ser uma “referência” no atendimento ao segmento LGBTT, atendimento este que nas redes sócio-assistenciais e jurídicas (delegacias, juizados e etc.) não tem sido realizado na perspectiva de direitos humanos, estas instituições atuam imbricadas numa lógica heteronormativa.

3. Homofobia, Direitos Humanos e Segurança Pública: no meio do caminho havia uma pedra?

A avaliação de uma política pública pelos seus usuários é um princípio que deve ser garantido, posto que os serviços sociais devam atender as necessidades desses usuários. Nossas entrevistadas avaliam as ações do Brasil sem Homofobia (BSH) de maneiras divergentes. Segundo o representante da ONG A¹⁰, acredita que “*ele foi apropriado para algumas [...] mas que os outros Ministérios não se apropriaram da discussão do Brasil sem Homofobia*”.

O entrevistado não vê o funcionamento parcial do CRDHCCH como sinal de implantação do programa BSH em Cuiabá. Para ele o programa, “[...] ainda está no papel e precisa sair do

papel, está certo que só o fato de o Governo Federal lançar o programa já foi importante, mas o programa está no papel e alguns Ministérios não entendem e não sabem o que é o programa”. O entrevistado ainda alerta que, “a questão da violência passa por todos os Ministérios, por todo segmento social, então a gente precisa ter uma discussão que não mais setORIZADA e sim uma discussão mais globalizada”.

A entrevistada do Grupo de Ativismo B acrescenta que:

O centro [de Cuiabá] é importante, mas não tem divulgação, pelo que vi [...], quase ninguém conhece o centro... e sem divulgação ele é inexistente, e outra... pelo que sei a equipe não esta completa até hoje.

O entrevistado da ONG C afirma que: *“sinceramente eu não estou conseguindo ver as 54 ações acionadas”*. E acrescenta:

[...] o núcleo [de referência em cidadania homossexual] e o centro são um salto quantitativo no que se refere a políticas públicas direcionadas ao segmento LBGT, que precisam realmente se efetivar para não ficar apenas como “palavras ao vento”, ou primeiros passos que não saíram disso.

O coordenador do CRDHCCH de Rondonópolis critica o modelo de ação dos centros justificando que é um modelo cansativo para a coordenação do CRDHCCH, ele diz que:

[...] esta questão dos centros de referencia, você vai ver que vai inviabilizar as próprias ONG's no Brasil, as ONG's não tem todo esse aporte [...] Eu sinto que vai ser um futuro negro para os centros de referencia no Brasil, senão passar para os governos estaduais e municipais vai ser uma ação que foi desenvolvida durante dois, três anos e vai acabar [...].

Diante disso, coloca-se em questão o modelo neoliberal de políticas sociais implantados desde Collor, e a transferência de responsabilidades das “lógicas do Estado as lógicas da sociedade civil”¹¹. Vemos então, que a realidade posta em nosso estado reitera e fortalece a cultura anti-Estado, que exime o Estado de suas responsabilidades políticas. Os CRDHCCH precisam ser incorporados aos órgãos estatais, pois resgatar a responsabilidade estatal pode contribuir para garantir que a homofobia esteja pautada na agenda pública. E, além disso, garantir também que o Programa BSH, torne-se uma política de Estado e não apenas de governo. Afinal, não se pode ficar a mercê da proteção e garantia da vida apenas quando o governo é de esquerda.

Considerações Finais

O Programa BSH tem caminhado a “passos de formiga” na defesa dos/as homossexuais, e não tem sendo executado conforme suas próprias propostas. Acreditamos que a formação política e

intelectual das militantes deve ser priorizada, colocando em questão a necessidade de articularmos parcerias com as universidades, no intuito de nos apropriarmos dos saberes acadêmicos para ressignificarmos nossas práticas.

O diálogo entre sociedade civil e Estado também é necessário para a efetivação de direitos sociais, em moldes universalizantes e igualitários. Precisamos retomar o caráter contestador e transformador dos movimentos sociais, assim é preciso também que ressignifiquemos a prática do movimento LGBTT. Contudo, não é nossa intenção subjugar as responsabilidades apenas sobre este movimento, até porque entendemos esta dinâmica imbricada numa correlação de forças que não dependem apenas de “um lado”. Mas é por compreendermos a importância e o valor da pressão dos movimentos sociais que creditamos o poder de mudança a eles, sem o receio de cair no “romantismo”, pensamos que esta mudança já está em processo, e o papel político-pedagógico dos movimentos sociais tem mérito nestas conquistas.

A criação dos CRDHCCH vem como um marco político no combate a homofobia, como primeira política de segurança pública com este caráter. Porém a realidade em Mato Grosso se dá as avessas, o descomprometimento, a negligência estatal e alterações na execução da proposta nacional demonstram isso. Portanto, acreditamos como José Martí, que *“as soluções não devem ser apenas formais; elas devem ser essenciais”*. Antes de serem eficazes, as políticas precisam ser radicais e passíveis de fornecer elementos para a transformação social.

Notas

¹ Neste trabalho, optamos por esta sigla, porque entendemos a questão da “dupla exclusão” lésbico-feminina advinda das relações de dominação do gênero masculino e subordinação do feminino em detrimento do mesmo, relação esta reproduzida também nas relações homoafetivas e dentro do movimento LGBTT.

² BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

³ BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁴ Ver FACCHINI, R; FRANÇA, I & VENTURI, G. **Sexualidade, Cidadania e Homofobia: Pesquisa 10ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo – 2006**. São Paulo: APOGLBT, 2007.

⁵ MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

⁶ BRASIL. **Projeto Segurança Pública para o Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 200-.

⁷ OLIVEIRA, A. S. Políticas Públicas de Segurança e Políticas de Segurança Pública: da teoria a prática. In: ILANUD. **Das políticas de Segurança Pública as Políticas Públicas de Segurança**. São Paulo: ILANUD, 2002.

⁸ RAMOS, Sílvia. Violência e Homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Mirian [et. al.]. **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

⁹ CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

¹⁰ Os nomes das ONG's e dos Grupos de Ativismo foram substituídos por letras para preservar a identidade d@ entrevistad@s.

¹¹ Utilizamos-nos aqui da expressão utilizado por Carlos Montañó retirada de: MONTANO, Carlos. **Das “lógicas do Estado” as “lógicas da sociedade civil”**: Estado e terceiro setor em questão. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 59 - Ano XX. São Paulo: Cortez, 1999.